

Amor e Poder: as relações afetivas entre homens e mulheres ativistas negros/as

Paulo Santos Dantas¹

Resumo

No Brasil, as pesquisas sobre relações raciais foram específicas ao tratar das populações historicamente subalternizadas. No que se refere às populações negras, nas últimas décadas os estudos revelaram que a maioria dos negros/as brasileiros/as ocupa as posições inferiores no "mundo" do trabalho e na hierarquia social brasileira (Hasembalg, 1979; Bairos, 1988). E na medida em que outras pesquisas (cf. Fernandes, 1972; Pierson, 1971; Azevedo, 1955) sobre os negros em posição de ascensão social se limitavam a anunciar o processo de embranquecimento por eles vivenciados, tal perspectiva tenderia a ser vista como uma "traição", isto é, uma forma de negar a cultura negra e o passado de pobreza (cf. Figueiredo, 2002). Para além do mercado de trabalho, as populações negras têm dado, todavia, novas respostas às desigualdades sócio-raciais no nosso país. Uma delas foram os casamentos inter-raciais, os quais reforçaram em boa medida a idéia de que experimentávamos uma democracia racial brasileira. O novo contraponto (afetivo) a essas alianças parece começar a tomar forma: trata-se das relações afetivo-amorosas intra-raciais entre negros, as quais têm se produzido em contextos de atuação política ativista. Este artigo pretende, pois, analisar algumas das razões que possibilitaram a constituição de tais relações endogâmicas, sobretudo a partir das experiências de ativistas negros/as sergipanos e baianos/as. Pretende-se demonstrar ainda que tais vínculos resultam em posição de poder.

¹ Graduado em ciências sociais pela UFS, mestre em ciências sociais (antropologia) pela UFBA, professor Assistente de Antropologia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e doutorando em antropologia pela USP.

Introdução

Embora este artigo não trilhe a linha de uma contestação dos artifícios de pesquisa ou do modo como os dados são “coletados” e analisados, ele parte do suposto que a eleição (obviamente legítima) de certos elementos em detrimento de outros, junto com os espaços visitados e percorridos pelo antropólogo ou antropóloga na intenção de explicar o fenômeno das relações raciais no Brasil elucida certas questões de nossa história, mas permite não cobrir todas as possibilidades. Parece óbvio, todavia, que normalmente a generalização não é pretendida. Se isto é correto, e os dados dispostos nos discursos e nas representações simbólicas dos indivíduos envolvidos nas relações “inter-raciais” ou “intra-raciais” podem ser recuperados como matéria prima de novas análises, os dados que mensuraram as disposições das relações matrimoniais e mesmo algumas das razões para que os distanciamentos e as aproximações sociais, econômicas e educacionais podem ser tomados para o diálogo com novos agrupamentos de fatores. Ou seja, lado a lado com as razões encontradas ou produzidas pelos indivíduos envolvidos, por exemplo, em relações endogâmicas entre homem “preto” e mulher “preta”, que considerações elas possibilitarão? Para responder a esta questão mais uma vez a questão da interpretação, que tem valor simbólico caro à antropologia moderna, deve ser retomada. Este é o momento propício para eu descrever alguns percursos do meu estudo, o qual cruzou, em certos momentos, com atividades de trabalho, relações políticas e afetivas.

E embora metodologicamente fosse mais prático discutir este ou aquele espaço de mobilização política, as discussões que pretendo descrever e analisar retomam os contextos das atuações dessas duas entidades negras e explicitam relações não somente políticas e pessoais, mas também amorosas, as quais têm saído dos domínios dos bastidores das descrições interpessoais para ganhar uma dimensão densa, conflituosa e pública no âmbito das entidades negras. O contexto das tensões, que irão desembocar nas relações amorosas intra-raciais - pois as primeiras é que resultam as segundas e não o inverso -, é o ponto que me interessa discutir aqui.

No entanto, no que se refere à relação do seu governo e à sua relação com segmentos que representam os movimentos sociais de negros e negras, a constituição da Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), ainda que guarde certas divergências com alguns grupos daqueles movimentos sociais e esteja sendo observada por segmentos midiáticos e por grupos que resistem à eleição de políticas de governo diferenciadas, considero que tal situação demonstra um trato diferenciado com os segmentos que se apresentam como representantes da causa anti-racista.

No que diz respeito aos militantes e organizações negras sergipanas, é possível perceber a participação de alguns de seus membros neste cenário. Frente ao valor simbólico de sua representação e considerando a representatividade que o estado de Sergipe tem no parlamento nacional, deve-se considerar que a posição privilegiada no poder, mas do que o número absoluto de membros, produz um valor e abre novas perspectivas para organizações e militantes negros sergipanos. Quem são os membros sergipanos que integram a Sepir não é importante por ora. Importa conhecer, isto sim, os contextos que possibilitaram a mudança de atuação para o âmbito *federal*, ou questionar se a sua presença nesses novos espaços representa as mudanças de orientação política de ordem geral nesses segmentos.² No que diz respeito aos chamados *movimentos negros sergipano*, considero que sim, mas tais mudanças não aparecem como o resultado de uniforme de maturidade política interna. Diferente disto, este texto sugere que as tensões políticas, mas que um projeto político uniforme, marcam mais as mudanças pelas quais passam os movimentos negros brasileiros contemporaneamente.

No estado de Sergipe, a organização dos movimentos sociais negros seguiu o curso histórico da reformatação ou da efervescência dados movimentos sociais desde a redemocratização da sociedade brasileira a partir dos finais dos anos 1970 e 80. A sua atuação política, até o final da década de 1980, orientou-se precisamente pela denúncia da presença de preconceito e discriminação racial. O desenvolvimento das

² Importa também, no entanto, considerar que para aquela secretaria for “admitido” um casal de militantes negros. Longe de legitimar as coincidências, há, contudo, uma coerência política, a saber: os membros que seriam “convidados” a participar da referida secretaria deveriam estar sintonizados com as orientações políticas que ali se processariam.

ações dos movimentos negros em Sergipe nos anos oitenta tem basicamente três características: a primeira, marcada pela criação da Casa da Cultura Afro-Sergipana no final da década de 1960, a continuaria a desenvolver as suas atividades até a década de 1990. Considera-se que a atuação daqueles movimentos negros tem especialmente a marca cultural³, razão pela qual deve-se supor a dicotomia com a ação política dos demais movimentos sociais emergentes no mesmo período.

Interessa-me neste texto analisar os contextos no interior dos quais são produzidos os discursos e as tensões em prol da constituição de relações intra-raciais entre ativistas negros/as sergipanos, as quais, desde a última metade da década de 1990, se fortaleceram, sobretudo, em duas entidades negras: a Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania (Saci) e a Associação Abaô de Arte-Educação e Cultura Negra. Utilizaremos como recurso metodológico para tal análise a noção de indivíduo em ..., as representações individuais e coletivas de Émile Durkheim... Estas reflexões dialogarão dinamicamente com os dados da pesquisa de campo, de modo que nos propomos a chegar a considerações valiosas acerca dos significados das relações afetivas e da noção de poder no âmbito dos movimentos negros sergipanos na década de 1990.⁴

³ Este aspecto é mais visualizado através da literatura sergipana sobre movimentos sociais.

⁴ Participei, como bolsista de iniciação científica, entre 1998 e 99, do projeto *Raça, identidade e territorialidade: a construção de uma identidade negra em Sergipe*, o qual foi coordenado pelo professor Paulo Sérgio da C. Neves – Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe. Na ocasião, participamos de reuniões, atividades e eventos de entidades negras ligadas ao Fórum Estadual de Entidades Negras de Sergipe (FENS), o qual foi criado em meados dos anos 1990.

III - Os meandros das tensões políticas entre entidades negras sergipanas

A década de 1990 é crucial para entendermos o contexto das mudanças pelas quais passaram as entidades, os homens e as mulheres negras ativistas, enfim, os movimentos negros⁵ organizados no estado de Sergipe como um todo. Este período é crucial para entendermos o contexto da mobilização política daqueles segmentos, dado que ali foi gerada uma nova orientação, isto é, de uma postura político-discursiva predominantemente denunciatória e contestatória da presença de **preconceito** e **discriminação racial**, passou-se a desenvolver ações com a designação eleita pelas as Organização Não Governamentais - Ongs (negras) - como “propositivas”⁶.

É certo que algumas organizações e militantes negros continuariam com as denúncias, pois, conforme os seus argumentos, os quais foram confrontados com observações por mim realizadas, alguns problemas cujas desigualdades baseadas nos grupos “raciais” continuam presentes. Estas atuações, todavia, perderam prestígio e visibilidade na sociedade sergipana como um todo, ocupando um “lugar comum” da atuação militante. Esse *lugar comum* tanto foi produzido pelas instituições hegemônicas e seus representantes, como pelas instituições negras, as quais se apropriaram da forma e dos discursos do *movimento das Ongs*⁷, na medida em que se propuseram a pensar políticas que pudessem minimizar as desigualdades raciais.⁸

⁵ O termo *movimentos negros*, no plural, e não movimento negro, no singular, sinaliza uma mudança de percepção que é mais significativa para aqueles que estudam tal universo político, que para os ativistas que ali atuam.

⁶ Dizer o que significa.

⁷ Qdo se dá tal movimento e qual a sua repercussão

⁸ Anti-racistas, essas medidas dizem respeito a projetos de lei municipais que buscavam deslegitimar propagandas que privilegiavam, explicitamente, o grupo “branco”, como nas propagandas que exigiam “boa aparência” para ocupação de empregos no mercado de trabalho. O domínio da educação formal e dos espaços públicos se constituiu, contudo, como a base das novas mobilizações, pois esteve no centro do debate de instituições e grupos os mais diferenciados. A mobilização de segmentos negros no campo da saúde pública também se incorporou a estas novas propostas de atuação. Ela, todavia, parece ter sido mais objeto de profissionais especialistas, os quais trouxeram para o domínio político as especificidades dos problemas enfrentados pela população negra. **Bibliografia**

Dadas as especificidades de ações e a despeito do reconhecimento de algumas demandas políticas em comum, conforme pude discutir durante o meu trabalho de mestrado,

“(...) o movimento negro brasileiro não é uma entidade que construiu estratégias, valores e perspectivas em torno de um projeto político. Antes, a idéia de movimento é aqui analisada como um processo de organização política e/ou cultural de construção de projetos e orientação ideológica, que descreve uma forma elástica de atuação.” (cf. Dantas, 2003: 89).

Opto, deste modo, pela aceção segundo a qual tal segmento é entendido e descrito no *plural*. Isso implica em dizer que, normalmente, a utilização da categoria no singular ou no plural não implica, para os membros que aí atuam, em diferenciações de atividades, discursos e ações distintas na história de cada atuação, na forma, nos recursos utilizados e na dimensão simbólica que produz a referência identitária das organizações negras reconhecidas como integrantes dos movimentos negros.

Para entender os efeitos destas distinções, os movimentos negros sergipanos devem ser entendidos⁹, neste texto, a partir de uma série de organizações políticas que se colocando ora como autônomas no que se refere à sua definição, ora como distintas no que diz respeito ao seu conteúdo temático¹⁰, mobilizaram diversos indivíduos em torno de orientações políticas dinamicamente definidas. Este texto não pretende, contudo, descrever as atuações de entidades negras diversas. O meu

⁹ O início da década de 1990 marca diferenças importantes para os movimentos negros. Em 1991 é criada a CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras -, organização que postulava construir um projeto político que pode ser visualizado em duas direções: na primeira, reconhecer-se-ia as demandas políticas diferenciadas de entidade para entidade (e mesmo de região para região), situações que impossibilitaria um “programa” centralizado de ações pensadas por uma “cúpula” que distribuiria as atividades pelas entidades que se multiplicariam como “células”; a segunda direção tomada pela Conen liga a primeira característica com a perspectiva de construir uma proposta ou estratégia ampla e sintonizada de participação ou conquista do poder político estatal. Tais investimentos implicaram numa cisão com O Movimento Negro Unificado (MNU), que foi criado em São Paulo, em 1978, e alcançou o seu auge na década de 1980. A forma como o MNU buscava ampliar a sua atuação era através da promoção de encontro com militantes e mesmo “pequenas” entidades negras. Os Encontros de Negros organizados por esta última entidade, os quais eram focados em discussões amplas e abertas acerca das questões raciais, funcionavam como uma das plataformas de filiação de novos integrantes à mesma. Cf. Dantas, 2003, cap. 2 e 3; Ver também Silva, 2001.

¹⁰ A atuação, financiada por organizações nacionais e internacionais, junto à comunidades negras, à assessoria jurídica ou a outras entidades negras na sua organização, descreve um modo de atuar. A organização de blocos afros, da capoeira angola e de outras atividades similares do “mundo cultural” sinaliza para outro(s) modo(s) de atuação política militante.

objetivo é apontar algumas dessas diferenciações, as quais produzem elementos orientações normativas e discursos, os quais se apresentam de forma importante para explicar as tensões experimentadas por homens e mulheres ativistas do ponto de vista de suas relações amorosas endogâmicas.

O surgimento de um grande número de entidades negras na segunda metade dos anos 1980 e início dos 90 possibilitou a inserção de um número também expressivo de mulheres negras nesses espaços. Em certos contextos, como é o caso de instituições negras sergipanas, as mulheres negras teriam a oportunidade de não somente discutir a temática de suas trajetórias e os significados que elas “deveriam” ter, como também tais grupos puderam se multiplicar nas estruturas da gestão ou do poder destas instituições. Essa inserção deu-se primeiramente pelo seu envolvimento e habilidade para discutir a problemática da população negra, depois pela nova configuração da política e dos movimentos sociais modernos, os quais revelaram uma série de identidades até então esvaziadas de demandas políticas. A presença, a importância e o protagonismo da mulher negra no mundo contemporâneo dividiram o espaço do poder com o homem negro nesses domínios, alterando a sua imagem e das instituições que participavam, como também os seus projetos amorosos.

As orientações políticas sobre as quais estou me debruçando tendem a mobilizar indivíduos em instituições entidades negras formalmente constituídas, à medida que estas ganham visibilidade e prestígio neste espaço de atuação. Nesses termos, essas orientações podem ser também entendidas como efeito de um **processo de construção de identidades** e referências dinamicamente constituídas, cuja dimensão política tem, de fato, homens e mulheres ativistas como protagonistas de ações reconhecidas no interior dos movimentos negros. Por este motivo a inserção de indivíduos em **organizações negras** institucionalmente constituídas é aqui entendida como uma atuação “orgânica”, enquanto a atuação individualizada, isto é, não articulada com filiação a organizações negras, é entendida como *não-orgânica*.

Essas atuações “orgânicas” e “não orgânicas” ganharam legitimidade e importância simbólica diferenciadas no interior desses segmentos, de modo que, para

o indivíduo aí inserido, entender-se e ser **reconhecido** como ativista significa agregar valor às suas potencialidades individuais. Isso implica em dizer, também, que tanto a identidade negra, que é mobilizada como instrumento político, quanto as potencialidades discursivas e de articulações de ativistas nesses meios, são normalmente acionadas com vistas a produzirem um status no interior do próprio campo. Esse status, percebido na referência que ativistas fazem de outros ativistas, potencializa habilidades individuais que são reconfiguradas e acionadas no âmbito do jogo realizado no seu espaço de atuação.

De todo modo é importante observar que a militância *não orgânica*, cuja atuação dispõe de lógica e instrumentos próprios, sobretudo discurso, mas também silêncios, ausências e boicotes, também continuou produzindo as suas ações, de forma que em alguns momentos de sua atuação o capital discursivo e simbólico desses últimos ganhou visibilidade social notória. Ou seja, mais que a atuação em instituições negras, a habilidade com que militantes *orgânicos e não-orgânicos* utiliza os instrumentos de que dispõem é que o projeta dentro dos movimentos negros e fora deles.

A idéia ativista *orgânico* nos movimentos negros provém da noção de intelectual orgânico descrita por Gramsci (**ano**). Para este autor, o mundo capitalista trouxe consigo uma série de mudanças, assim como fez emergir novos sujeitos, os quais desempenhariam papéis distintos. Na medida em que a chamada *classe burguesa*, ao desenvolver-se no Regime Feudal, trouxe consigo o empresário capitalista, com ele também vieram o economista, o técnico da indústria, o advogado, o administrador, enfim, o organizador das mais distintas esferas do Estado. Esses novos “sujeitos” são descritos por Gramsci como os intelectuais ou os “funcionários da superestrutura”, aqueles responsáveis pelas novas formas assumidas pelo Estado e pela sociedade. De outro lado, opondo-se àquele grupo, haveria a *classe operária*, que, segundo Gramsci, teria os seus próprios intelectuais, os quais comandariam as mudanças sociais, pensadas desde Marx.¹¹ *O que os mov. Negros tem a ver com isso?*

¹¹ A realidade do mundo capitalista se transformou de forma extraordinária desde os seus primeiros desdobramentos no século XVIII. O período que me interessa analisar (a década de 1990), do mesmo

No que se refere ao reconhecimento político, ou à produção de *capital simbólico* (*Bourdieu, ano*) nos movimentos negros sergipanos, este implica na mobilização de algumas situações concretas. Deve-se destacar que, comumente, ativistas que integram entidades anti-racistas cuja atuação é reconhecida “dentro” e “fora” do meio, institucionalizaram as suas ações políticas e, junto a elas, criaram o seu próprio espaço físico¹², tiveram maiores chances de serem reconhecidos. Tal “reconhecimento”, por eles produzido primeiramente dentro do seu domínio de atuação, tenderá a ser “*posto à prova*” em outros domínios.

Os movimentos sociais e os partidos políticos são os principais domínios que não exatamente se opõem a atuação dos movimentos negros, mas que possibilitaram a construção de uma identidade político-cultural contrastiva. Junto à constituição de entidades negras, a formação do Fórum Estadual de Entidades Negras de Sergipe (em 1991)¹³ e a sua consolidação na segunda metade daquela década, formam as duas situações concretas que, a meu ver, potencializaram o prestígio das entidades negras como um segmento diferenciado dos demais movimentos sociais, projetando alguns dos seus ativistas, mas do que outros. Todavia, no que tange às disputas e às tensões internas àquele coletivo e às demais entidades negras “no” fórum de entidades ou “fora” dele, a Saci foi a organização que com mais habilidade, processou o prestígio e a

modo que os segmentos que me motivam a pensar a sua mobilização, isto é, homens e mulheres militantes dos movimentos negros, mobilizam percepções e interações do mundo social contemporâneo profundamente diferenciadas do mundo experimentado pelo operariado clássico analisados pela teoria marxista durante pós Karl Marx. A referência à noção de hegemonia em Gramsci aqui se deve à percepção de que certas trajetória políticas foram, de fato, marcadas por essas influências, as quais tiveram a sua importância. No que se refere ao período contemporâneo, deve-se observar, entretanto, que essas “marcas” ou influências clássicas deixaram de ser dominantes no interior dos movimentos negros brasileiros. A década de 1990, junto com uma série de desdobramentos das tensões entre o “mundo capitalista” e o “comunista”, apresentam-se como um símbolo, o qual representa o fortalecimento da dinâmica do primeiro sistema sócio-econômico, mas também o dinamismo identidades culturais que reivindicarão o seu “lugar” no mundo *globalizado* (*citar autores*).

¹² Isto é, a sua própria sede.

¹³ A criação Fórum de Entidades Negras de Sergipe foi inicialmente pensada e articulada pelos dirigentes da Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania, entidade que havia participado da criação da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen) no mesmo período, e por conta disso tinha objetivos definidos frente à direção daquele e aos seus projetos para aquele fórum.

visibilidade simbólica, os quais trouxeram consigo o que não pretendiam: as acusações de ter defendido os seus interesses em meio aos demais (Dantas, 2003, pp. 97-98).¹⁴

É importante desde já destacar que este *reconhecimento simbólico*, que é marcado por tensões, mas também por habilidades retóricas e por um tratamento estrategicamente polido com as relações internas, projetou, sobretudo, os homens negros. Frente às mulheres negras, tradicionalmente esses ativistas puderam promover as suas mobilidades sócio-econômicas com menos dificuldades. Ao mesmo tempo eles estiveram mais próximos e interessados (*organicamente*) pela política estatal.¹⁵ Essas potencialidades e interesses podem ser mensuradas a partir das filiações de homens militantes a partidos políticos desde a década de 1980.

Na segunda metade da década de 90 os partidos políticos, sobretudo no *campo* da “esquerda”, tornaram-se o espaço privilegiado das disputas por poder empreitadas por aqueles segmentos. Antes disso, tinha-se uma circulação um tanto amadora e mesmo marginal por esses meios. Este desdobramento, imprescindível para entender a “entrada formalizada” de uma nova geração de homens e mulheres militantes sergipanos nos partidos de esquerda a partir de sua filiação, marca os seus novos investimentos num campo cujas “regras do jogo” e as relações aí postas apresentam uma história e um formato diferenciado da que estavam acostumados a conviver.

Poder e regras do jogo, segundo Bourdieu.

Do ponto de vista do interesse em participar dos espaços do poder e mesmo de conquistá-lo, o movimento em direção ao campo dos partidos de esquerda reflete a motivação por conhecer e dominar as “regras do jogo” mencionadas por Pierre Bourdieu (*ano*).

¹⁴ Em algumas reuniões daquele fórum, cujo centro das discussões girava em torno de alguma ação frente aos grupos que se opuseram ao FENS, militantes e entidades negras que atuavam fora dele, podia-se perceber maior concordância política entre os grupos hegemônicos e não-hegemônicos no coletivo.

¹⁵ Esta percepção está longe de deduzir que as mulheres negras só recente tomaram conhecimento da importância da vida política partidária nas suas vidas. O que se deve ponderar é que, perversamente, a emergência das mulheres no campo da militância partidária reflete o ocultamento deste segmento como protagonista de seus próprios interesses, demandas e conquistas.

A década de 1990 e os anos subsequentes marcaram, portanto, esta idealização para sinalizar a legitimação dos movimentos sociais negros, mas não apenas como um segmento autônomo, com percepções e demandas próprias. Este período dá um novo salto, ou, em outras palavras, revê relações de parceria, buscando formalizá-las. É neste período que há uma profissionalização e provocação das instituições negras frente aos indivíduos aí mobilizados a pensar a sua trajetória com vistas a uma capacitação de tal modo diferenciada das décadas de 1980 e, sobretudo da de 70, que os resultados podem ser visibilizados em três frentes: aquela que apresenta os movimentos negros mais modernos e seus ativistas como os porta-vozes de um projeto amplo que inclui políticas específicas no campo da educação, da saúde e do mercado de trabalho; a participação no poder estatal; e outra que se amplia mais para dentro de suas atuações e vai implicar no questionamento de interesses e vontades individuais, produzindo, inclusive, uma **moralização dessas vontades**: a situação que mais percebo como uma problemática interna (mas que se estende sobre universos exteriores) são as relações endogâmicas, ou seja, o binômio homem negro - mulher negra.

A moralização dessas vontades individuais, as quais devem ser melhor entendidas como vontades frutos de processos históricos e sociológicos e sociológicos para além do indivíduo, estão fundadas no questionamento e na rejeição tácita de relações “inter-raciais”, isto é, “negros” com “brancos”.

Essas tensões tornaram-se presentes nos movimentos negros como um tudo. Mas do que a sua presença, talvez as tensões sejam um dos recursos mais bem sucedidos de militantes e entidades negras para promoverem a sua visibilidade e produzirem a sua legitimação política ou seu *capital simbólico*. Embora esse instrumento simbólico seja utilizado de forma dinâmica, pois assume conteúdos distintos na medida em que as relações entre as entidades negras (mais de ordem institucional) e aquelas entre militantes (ora informais, ora formais), deve-se considerar que as tensões não constituam exatamente uma situação normativa, mas com ela alguns temas nunca tratados ganharam uma importância capital.

Pude perceber, por meio de trabalho de campo, como tais situações são construídas nas relações dos movimentos negros com o campo da *esquerda*, de entidade para entidade ou entre militantes. O capítulo a seguir discute o contexto das tensões entre homens e mulheres negras ativistas dos movimentos. Essas tensões, descritas a partir de duas organizações negras sergipanas (a Saci e a Associação Abaô), tiram ou resgataram (*Foucault*) as relações amorosas *endogâmicas* entre negros do âmbito privado e desconhecido dos bastidores dos movimentos negros ou de suas entidades para se ***tornarem públicas, problemáticas, recorrentes e um símbolo de atitude “politicamente correta” e recurso de poder.***

II - Como o trabalho de campo foi aqui utilizado e qual a importância

O trabalho de Wagner Gonçalves (2006), nos auxilia, de forma dinâmica, para a discussão no que tange à reflexão sobre a *observação participante*¹⁶, pois esta se coloca na posição contrária à qual refutaria a “antropologia de gabinete”, refutando-a. Para ele, mais que a construção de um novo instrumento de pesquisa, a *observação participante* permitiu uma relação de tal modo diferenciada entre pesquisador e pesquisado¹⁷, que o antropólogo se tornava ele próprio o instrumento de pesquisa. Em seus termos, o antropólogo propiciaria “à antropologia a perspectiva intersticial (o olhar desde dentro) que é sua ferramenta básica, sua marca registrada, desde então” (Gonçalves, 2006:13).

¹⁶ É definida por Bronislaw Malinowski como a convivência íntima e prolongado do pesquisador com os seus sujeitos de pesquisa, ou, como entre os mais tradicionais, os seus “informantes nativos” (Cf. Gonçalves, 2006: 13).

¹⁷ No mundo pós-colonial esta relação entre pesquisador e pesquisado, comumente entendida como de “mão única”, é possível de ser invertida. Esta discussão retomaria a problemática sobre a impossibilidade tanto da *manutenção* do “laboratório” quanto do *objeto* antropológico, entendidos ao modo das ciências naturais. Colocar num mesmo texto o início e o término desta discussão significaria ter que modificar toda a perspectiva deste texto e pleitear a metade de uma década para novos e profícuos estudos. O próprio Gonçalves (op. cit., 13) destaca que a partir do contexto de descolonização, nos anos 1960, dos povos tradicionalmente estudados pela antropologia e das mudanças das relações políticas e econômicas entre as sociedades destes dois “sujeitos”, o tema, o limite e os objetivos do do trabalho de campo como texto etnográfico ressurgiu de forma poderosa. A este respeito ver *História da antropologia*, de Paul Mercier (ano).

Da década de 1960 para cá a antropologia passou por uma série de mudanças, ou ao menos aqueles dentro deste domínio buscou tornar as convicções clássicas objeto da teoria antropológica. A antropologia *interpretativista* de Clifford Geertz, nos anos 70, ergue-se, conforme Gonçalves, sobre a desconfiança com relação à capacidade explicativa das representações culturais “holísticas e fechadas do ‘outro’”. Nos anos 1980, a antropologia norte-americana passa a ver a própria produção etnográfica como objeto de interpretação, isto é, como uma espécie de contraponto a um *primeiro tempo* das interpretações e do “texto” gerado acerca das culturas. Este *segundo momento* é dos “meta-etnógrafos” e de suas “meta-narrativas”, cujas preocupações, segundo Gonçalves, “recaíam sobre questões relativas ao próprio processo de produção das representações antropológicas” (Cf. Gonçalves, 2006:13-21). *Fazer considerações acerca do que eles diz.*

A primeira perspectiva de “coleta” de dados e reflexão teórica admite essas complicações modernas, as mesmo tempo em que a circulação facilitada pelos domínios dos movimentos negros e das relações mais individuais ali produzidas ali produzidas permitem, mais facilmente, a apreensão dos discursos para sinalizar ursos ou das razões que aqueles militantes teriam para não-falar. Poder marcar uma entrevista/conversa com um militante, na praia, ou com um casal, na sua casa ou apartamento, ou ser convidado para almoçar/jantar em suas residências com suas famílias, constitui, de fato, uma dimensão privilegiada do antropólogo que esta possibilidade. Também é certo que as complicações com os interesses dos indivíduos entrevistados/as pode sinalizar as suas pautas políticas e não à reflexão antropológica. Admitir tais possibilidades, descrevê-las e enfrentá-la constitui, também, do meu ponto de vista, a tarefa corajosa e disciplinada do profissional em antropologia.

Para discutir as possibilidades e dimensões das relações amorosas/afetivas entre negros, inclusive se eles e elas se perceberem como militantes, é preciso sinalizar ao mesmo tempo as possibilidades e os valores que produziram o seu “oposto”: as relações amorosas/afetivas inter-raciais. Essas relações que, num esquema quantitativo/qualitativo, representam, no nosso imaginário, um quadro de

representações opostas, têm mobilizado os segmentos *inter-raciais* envolvidos, ativistas e acadêmicos a pensarem tanto os seus impedimentos quanto as suas possibilidades de consolidação sócio-culturais. O que tenho notado é que as discussões, os números apresentados pelas estatísticas, as perspectivas políticas de lado a lado e os dados da pesquisa sócio-antropológica, formam um conjunto de elementos capazes de revelar uma interpretação das experiências amorosas e “democrática” brasileira. Esta “interpretação” não dá conta, nem deve ser sua pretensão, de relações não mencionadas.

Isto me faz considerar, preliminarmente, que as relações amorosas “dentro” ou “fora do grupo” e ou os dados de pesquisa rigorosamente organizadas com vistas a produzir reflexões e considerações que nos permitam conhecer as razões e os significados razoáveis dessas experiências, permitem, todavia, novas reflexões e investigações, pois elas próprias se constituem, também, representações e ressignificações da experiência humana objeto de seus estudos.

Alguns dados sobre “cor” e casamentos na literatura

Em *Razão, “cor” e desejo*¹⁸, Laura Moutinho destaca que as análises sobre a dinâmica dos relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” estavam abandonadas desde os trabalhos de Thales de Azevedo, em 1975. Segundo ela, foram as pesquisas quantitativas que possibilitaram a revitalização desses estudos, provocando, inclusive, o desenvolvimento de novas pesquisas e a organização de componentes aos fenômenos e tendências por elas demonstradas. Conforme os seus estudos, há um relativo consenso, “independente do viés interpretativo”, nos novos estudos acerca dos dois tipos de motivações para a constituição de casamentos inter-raciais: a *perspectiva assimilacionista* e a motivação de natureza mais demográfica (cf. Moutinho, 2004: 34).

¹⁸ Moutinho, Laura. *Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Unesp, 2004, capítulo 1.

A sinalização de Nelson do Valle Silva (1987: 54), para quem o casamento entre grupos “minoritários” e “majoritários” teria sido “constantemente utilizado como indicador do grau de assimilação das minorias”, transforma este modelo de explicação paradigmático, segundo Moutinho (2004: 34), num “locus privilegiado das mais variadas interpretações sobre a miscigenação e preconceito racial”. O segundo ponto, isto é, a “motivação de natureza mais demográfica”, é subdividida por Silva em quatro fatores, os quais serão considerados neste tipo de análise, a saber: a) o tamanho dos grupos de “cor”; b) a “razão da masculinidade”; c) o conceito de “distância social”; d) um padrão de concessão de status como elemento de explicação para o “encontro afetivo-sexual” entre o “homem escuro” e a “mulher clara” (Apud Moutinho, 2004, pp. 34-35). Destes quatro fatores, interessa-me, sobretudo, as discussões sobre o tamanho dos grupos e a chamada “razão da masculinidade”, por considerar que, juntos, me ajudam a pensar outras razões para as relações que eu chamo de “amorosas” entre homem “negro” e mulher “negra” ativistas.¹⁹

Para Silva, o que determina as relações dentro dos grupos “raciais” é o seu tamanho. Ou seja, quanto maior o grupo, “maior a proporção de pessoas se casando dentro do grupo” (Silva, 1987: 56). Moutinho considera, contudo, que a partir do Censo demográfico de 1980 pode-se perceber que as proporções de grupos “brancos” e de “pretos” vêm diminuindo numa relação inversamente proporcional ao grupo de “pardos”, que vem aumentando. Estes dados a fazem considerar que, a manutenção de alguns fatores, em condições de igualdades, produziriam maiores condições para casamentos endogâmicos entre “brancos” do que entre outros grupos, na medida em que este se constitui o grupo maior, em termos absolutos. Este seria o primeiro elemento do diálogo com as explicações de Valle (cf. 2004: 35).

¹⁹ As categorias “negro”, “branco” e “mulato”, assim como a de “raça” e “inter-racial” são utilizadas entre aspas primeiramente porque, no diálogo com a literatura especializada, formamos um acordo de compreensão quanto ao problema da naturalização das mesmas. Isto é, para os efeitos das discussões teóricas no campo da antropologia contemporânea tais categorias devem ser entendidas como construções sócio-culturais ou políticas, as quais devem ser entendidas em seu contexto de produção simbólica. Em outros termos, admite-se que dentro da categoria “negro”, por exemplo, existam grupos que, tomando critérios diferenciados de classificação, poderiam ser reconhecidos como não-negros – mulatos em alguns casos e até brancos em outros.

No que diz respeito aos números relativos ao quantitativo de homens e mulheres, registra-se mais mulheres que homens. O mesmo dado se distingue, todavia, entre os chamados grupos de “cor”. Conforme Moutinho, no grupo “branco” há um *déficit* maior de homens, enquanto que nos grupos “pardos”, “pretos” e “amarelos” ocorre justamente o oposto. Os grupos “pardos” e “pretos” se assemelhariam nos itens renda e taxa de fecundidade, diferenciando-se do grupo “branco”, o qual teria maior renda e menor taxa de fecundidade. Elza Berquó (1998) foi quem trouxe mais dados sobre a população brasileira no que diz respeito à categoria “cor”, focalizando, sobretudo, a frequência com que a população auto-declarada “preta” crescia. Esses dados tratam de mortalidade e nupcialidade. Tomando os seus dados e as suas considerações a partir do que nos diz Moutinho, em termos relativos, podemos perceber, nas últimas quatro décadas, um aumento do grupo “pardo” e uma diminuição das populações “brancas” e “pretas”. Segundo as pesquisas de Berquó, tanto *os homens “pretos” quanto mulheres “pretas”²⁰ se casam mais tarde que os homens “brancos” ou “pardos”* [grifos da autora] (apud Moutinho, 2004, pp. 40-41)²¹.

Esses casamentos “fora” do grupo seriam explicados, no Brasil, como um fenômeno intra-classe e não como endogamia racial, “já que aqui tendemos a perceber a ‘cor’ e a posição sócio-econômica como estando diretamente relacionadas” (Moutinho, 36). A pirâmide etária por “cor”, no Brasil, conforme a autora, evidencia diferenças gerais na quantidade de homens e mulheres entre grupos distintos e idade dos indivíduos. A estes fatores de ordem demográfica Nelson do Valle chamou de “razão de masculinidade” ou “razão dos sexos”. Os dados mostraram que, quando o indicador é a educação, para todas as combinações de “cor” dos cônjuges, o nível

²⁰ Chama a atenção o número de mulheres solteiras com 50 anos. As mulheres “pretas” representam um universo de 13,4%, enquanto as “pardas” correspondem a 8,0% e as brancas 7,7%. Fonte: Berquó (1998).

²¹ O primeiro casamento, dirá a autora, ocorre entre 15 e 35 anos. Mas aí o grupo de homens “brancos” estará minoritariamente, enquanto observar-se-á *a maior frequência de mulheres “brancas” e homens “não-brancos”*.

educacional é predominantemente equilibrado²², embora seja maior a ocorrência de homens *mais* educados que as esposas.²³

IV - Algumas das dimensões das relações amorosas na Saci e na Associação Abaô

A estas considerações e aos dados que elas representam quero trazer, para o diálogo, algumas práticas e discursos de homens e mulheres que se entendem como negros, mas também com ativistas. Os seus discursos inundados por tensões e cumplicidades, representam o jogo dentro do qual estão envolvidas as relações entre tais sujeitos no “mercado” das relações amorosas. As categorias “cor”, “raça”, “negro” e “negra”, do mesmo modo que o *mundo* de representações significativas dos movimentos negros, são aqui entendidas como atravessadas por contextos políticos internos àqueles segmentos no que se refere à legitimação de certos debates e demandas políticas. O que norteiam estas categorias e as posicionam num “lugar” privilegiado de tensões frente ao poder público estatal e as instituições que o representam é a perspectiva de poder que homens e mulheres ativistas postulam desenvolver no âmbito de suas relações com esses outros segmentos. O ponto nodal desta discussão é apresentado a seguir a partir dos contextos que tornaram possíveis relações “intra-raciais” entre homens negros e mulheres negras militantes dos movimentos negros sergipanos.

Em fins de 1996 e início de 97, quando ainda fazia a graduação, tive a oportunidade de conhecer duas entidades negras: A Associação Abaô de Arte Educação e Cultura Negra, antigo Grupo Abaô de Capoeira Angola, e a Sociedade Afro-Sergipana de Estudos e Cidadania (Saci). Na primeira instituição, que atuava sobretudo com a capoeira angola e buscava desenvolver ações voltadas para crianças e

²² Por fim, em trabalho mais recente, nos diz Moutinho, Silva (1991) abordaria “*a estabilidade temporal e as diferenças regionais na seletividade matrimonial* [grifos meus], confirmando a hipótese de autores anteriores conforme os quais o desenvolvimento econômico reduz as distâncias entre os grupos raciais. Esses autores foram, sobretudo, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg (Cf. Moutinho, 2004: 39).

²³ Este dado se difere somente quando o casamento é do homem “pardo” com a mulher “preta”.

adolescentes, pude me envolver em suas atividades, semanais, durante três anos, isto é, até o início do ano 2001, quando migrei para a cidade de Salvador/Bahia para realizar o mestrado em Ciências Sociais. Com a Saci, cujas atividades eram diversificadas na medida em que assessorava tanto comunidades rurais negras, quanto outras instituições negras (de menor porte), a minha inserção foi um pouco mais breve – dois anos apenas. Tendo sido primeiramente criada, segue a descrição da Saci.

Antiga União dos Negros de Aracaju (Una), a qual foi criada em 1986 com vistas a dar visibilidade política ativista e confrontar a presença de preconceito e discriminação racial contra a população negra nos estado de Sergipe, a Saci (Sociedade Afro Sergipana de Estudos e Cidadania) alcançou o seu auge de organização e de empreendimentos de políticas durante a década de 1990. Enquanto Una, esta entidade foi formada por homens e mulheres negras (e mestiças/os)²⁴, os quais se propuseram, junto às denúncias de preconceito e discriminação racial, também à construção de uma identidade negra positiva frente à população de ascendência africana não-militante. Nesta direção, ao passo que se mobilizavam para produzir uma perspectiva política e cultural de identidade negra, tais homens e mulheres ativistas dinamizavam a sua própria identidade cultural coletiva, a qual irá repercutir sobre as individualidades no campo dos movimentos negros naquele estado.

Mesmo no que tange à identidade de militantes, ou apesar de sua construção simbólica, o “lugar” da identidade negra nesses meios não se apresenta tão rígido quanto é possível supor dados os discursos, ou a possibilidade de uma representação nesses moldes só pode ser percebida elencando valores e práticas do ponto de vista que se percebe “negro” e manipula outras referências sem que esta perca o seu capital simbólico no âmbito de suas praticas discursivas. Por conta disto, pode-se perceber que entre indivíduos reconhecidos como “mestiços”, isto é, sem a marca singular da melanina e dos padrões de classificação por ela provocados na sociedade sergipana, é possível que passem a ser entendidos com “negros”, se a esta nova classificação pretendida foram incorporados uma série de prática – corporais e comportamentais –

24

que acusem, nesses meios, a presença de uma nova forma de se perceberem no mundo social. Estas práticas dizem respeito à forma como reutilizarão os seus cabelos, as suas roupas, mas também nos meios e nas relações que nascerão dessas novas formas de percepção. Os movimentos negros, as instituições negras que deles fazem parte, os espaços de circulação por eles produzidos e “etnizados”, assim como os seus membros que a partir deles fazem a manutenção do que “são” e do que postulam quem os (novos) que por aí circulam “devem ser”, provocam, como pude ver, que indivíduos normalmente reconhecidos como “negros”, “mestiços” – e mesmo “brancos” – repensem as suas representações identitárias. Todos esses elementos e sujeitos produzem uma dimensão coletiva que se opõe à negação da identidade negra ou silencia frente às normatizações sociais ou aos privilégios que alguns grupos teriam diante da população negra.

Esta dimensão coletiva da identidade cultural foi poderosamente acionada por mulheres negras ativistas, as quais, enquanto ativistas, tiveram mais visibilidade em entidades negras orgânicas. Sobretudo essas mulheres e esses discursos ganharam proporções maiores na Saci e na Associação Abaô, as quais mantiveram relações institucionais de parceria.

A *etnografia* que fiz na Associação Abaô e na Saci só pode ser assim entendida se considerarmos duas posições: a partir da utilização que fiz daquelas experiências para projetos de iniciação científica²⁵, pois elas guardaram dados que foram *coletados* a partir de procedimentos que buscaram legitimar os “lugares” tanto das entidades e dos militantes quanto de pesquisadores e estudantes “iniciados”; a segunda posição diz respeito à memória guardada, resgatada e ressignificada daquelas reuniões, haja vista que dados aqui discutidos e outros possíveis de serem produzidos foram de algum modo colocados nas reuniões e entrevistas realizadas.

Isto é, até o final da década de 1990 e a primeira metade da década deste novo século, a atuação *orgânica* em algumas entidades negras não resultava necessariamente em mobilidade econômica, mas significa algum prestígio, na medida

²⁵ Raça, identidade.....

em que a inserção a algumas daquelas organizações era condicionada a um convite feito por um membro de prestígio ao interessado. Em meio ao interesse de alguns grupos de indivíduos em inserirem-se em entidades orgânicas, havia de fato aqueles que não atendiam ao perfil de ativista ou de sócio

Do ponto de vista da organização e do desenvolvimento das ações dos movimentos negos na década de 1990, algumas das entidades negras, especialmente aquelas articuladas aos grupos não-hegemônicos, buscavam apresentar desdobramentos de suas ações no Fórum de Entidades Negras, na medida em que pretendiam ter sua sede própria, desenvolver projetos de forma sistematizada e obter recursos financeiros.

Neste sentido, os movimentos negros ganharam uma nova dinâmica, posto que as entidades que integravam o fórum de entidades começavam a pensar em melhorar sua estrutura física e de ações internas. A maior parte daquelas entidades postulou uma estrutura de Ong, mas dificuldades como formação profissional dos seus integrantes, a necessidade desses indivíduos se inserirem no mercado de trabalho, juntamente com a pouca habilidade para adquirir mais informações acerca das fontes de recursos e aos meios para fazê-lo junto às agências financiadoras, foram as causas materiais do seu fracasso.

A relações amorosas no campo da militância sergipana ainda não foi objeto de estudo, seja nas ciências sociais, seja em áreas afins como a psicologia em Sergipe. Não há quaisquer referências a este tema nos poucos estudos anteriores que trataram das relações raciais contemporâneas no estado de Sergipe. No meu trabalho, essas relações amorosas ganharam maior importância, na medida em que as discussões acerca das estratégias de poder nos movimentos negros locais resultavam em novos desdobramentos, os quais revelaram a presença desse “mecanismo afetivo” entre a militância negra sergipana. Note-se que a percepção de discursos e posturas “politicamente corretas” de mulheres e homens negros ativistas me chamaram a atenção desde o início da minha circulação por esses meios. Tais posturas eram de tal modo sedutoras, que só a observação de sua articulação não me bastou, e logo constituí uma daquelas relações endogâmicas. Devo destacar que tal tema sempre

esteve na ordem dos meus interesses, motivo pelo qual realizo uma satisfação pessoal antiga.²⁶

Considerações Finais

Os dados estatísticos que apresentam as mulheres “pretas” como o grupo mais problemático e cujas representações no que tange aos números de casamentos e separações descrevem um contexto de solidão afetiva que começa a ser explorada pela antropologia contemporânea (cf. Pacheco, ano), esbarra no ativismo dos movimentos negros contemporâneos. Esta assertiva, todavia, como pudemos ver, só pode ser levada em conta num contexto contemporâneo, isto é, da última década de 1990 para cá. É ali que a problemática dos casamentos dos casamentos entre homens militantes com mulheres socialmente brancas é questionada e, mais do que isto, começa a representar um incômodo ou a “pedra no sapato” desses ativistas e do salto alto das mulheres com que casaram.

E na medida em que as ações políticas militantes não dialogavam e não mantinham qualquer relação com os projetos matrimoniais masculinos “negros”, as críticas de mulheres ativistas nunca conseguiram ganhar visibilidade ou se legitimar no conjunto das demandas produzidas por esses segmentos. A sua possibilidade se deve à emergência e produção de novas identidades culturais do mundo moderno, as quais, baseadas na diferença, potencializam a sua presença em espaços de poder e legitimação, os quais normalmente produziram uma invisibilidade sintomática, “esvaziados” as suas identidades. A idéia de “fazer política” ou de atuar em cenários não-hegemônicos resulta em efeitos que, a despeito da imagem de subalternos, produz tensões e saberes cujas fronteiras entre os de “dentro” e os de “fora” desses *lugares* tendem a se complexificar na medida em que estão sendo refeitas à luz de versões relacionais, porém distintas nos seus conteúdos.

²⁶ O ponto alto das possibilidades de analisar esses contextos amorosos deu-se durante as entrevistas para a seleção do Concurso Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford em 2002. No contexto da apresentação do meu projeto, os meus pareceristas concordaram que essa discussão era pertinente dentro da minha proposta de pesquisa, fato que influenciou positivamente o meu propósito.

No domínio dos movimentos negros modernos qual a posição no poder e que imagens o homem e da mulher negra estão produzindo contemporaneamente? Possivelmente o protagonismo que esses sujeitos estão assumindo e pretendem redimensioná-lo na sociedade brasileira irá alterar os dados de quatro décadas atrás, quando o número relativo de “pardos” crescia, enquanto os grupos “negros” e “brancos” diminuía. Esta alteração não necessariamente dará em termos absolutos, mas simbólicos. Um dado importante das mudanças pelas quais passam a população negra e os movimentos que se apresentam como seus representantes é que todas as novidades (também relativas) apresentadas pelas ciências sociais acerca da experiência contemporânea ganham, muito rápido, o “domínio popular”.

Isto implica em dizer que as orientações que produziram tensões políticas que têm implicado em mudanças na ordenação dos pares matrimoniais, passando, em certos contextos, dos “inter-raciais” (sobretudo homem negro – mulher branca) para “intra-raciais” (homem negro – mulher negra), têm conhecimento de dos dados e das considerações do campo científico que lhe interessam. Assim, embora autônomo no que tange à sua filosofia, o campo científico produz um conhecimento que tende a ser utilizado com um instrumento político para novas significações da experiência social. O *movimento* de troca de saberes e percepções entre pesquisador e pesquisado, ou entre a ciência e o mundo da experiência, rearticula, em novos termos, as suas relações de troca. Ao que parece, cada um dos lados continua fazendo o que acha que deve ou pode fazer com aquilo que o outro constrói.

Os casamentos endogâmicos no interior dos movimentos negros não representam, de fato, as trocas matrimoniais articuladas por antepassados. Esses casamentos (ou namoros) também não devem ser pensados como a representação de orientações essencialistas, baseadas na noção esvaziada de “raça”, “cor” ou “etnia”. Os contextos pesquisados contemporaneamente revelam que as identidades ou as classificações “raciais” são fruto de construções discursivas e de posicionamentos que dizem respeito ao modo como os sujeitos da ação dão significados à sua percepção cultural, política ou simbólica de si mesmo e do mundo que fazem parte. Esses

sujeitos, conforme pudemos perceber, não dispõem dos elementos históricos e sociais para produzirem os efeitos “raciais” que tanto apavoram os defensores de um mundo onde as vontades individuais sejam asseguradas. O que parece ser menos forçoso pensar é que as vontades individuais são atravessadas por orientações contextuais que aceitam as normais mais gerais da vida contemporânea: a tensão baseada na diferença.

Referências bibliográficas

SILVA, Francisco C. Cardoso da. (2001) “Construção e (Des)Construção de Identidade Racial em Salvador: MNU e Ilê Aiyê no combate ao racismo”, Campina Grande/Paraíba – Dissertação de Mestrado